



**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2026**

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO/RJ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, resolve registrar os preços da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, doravante denominada **DETENTORA**, em decorrência do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores de passeio**, sem motorista e sem fornecimento de combustível, com quilometragem livre, transmissão automática, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, rastreamento veicular por GPS, substituição de veículos e demais encargos necessários à adequada execução dos serviços, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Cabo Frio.

1.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações, condições e exigências constantes do Termo de Referência.

1.3. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:

I – Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026;

II – Termo de Referência;

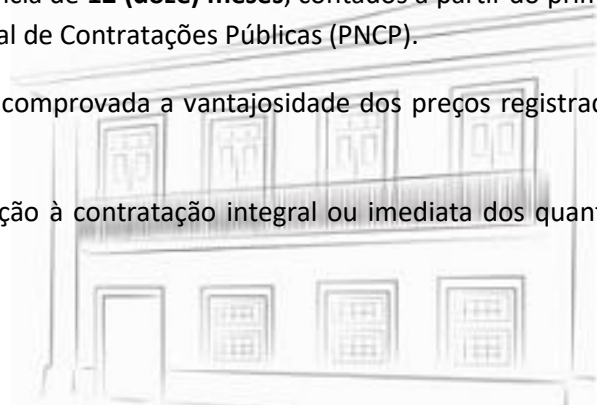
III – Proposta da DETENTORA;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. A vigência poderá ser prorrogada, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

2.3. O registro de preços não obriga a Administração à contratação integral ou imediata dos quantitativos registrados.





### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, bem como os quantitativos estimados, são os constantes da proposta da DETENTORA:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Locação de veículo automotor de passeio	UND	06	R\$	R\$

3.2. A contratação observará quantitativo mínimo de 02 (dois) veículos e máximo de até 06 (seis) veículos.

3.3. Os quantitativos são estimativos, não gerando direito à contratação integral.

### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução compreenderá a **prestação contínua dos serviços de locação de veículos**, conforme demanda da Administração.

4.2. A DETENTORA deverá garantir:

- I – disponibilização dos veículos conforme solicitação;
- II – manutenção preventiva e corretiva integral;
- III – substituição de veículos em até 24 (vinte e quatro) horas, em caso de indisponibilidade;
- IV – seguro total dos veículos;
- V – rastreamento veicular por GPS ativo e funcional;

4.3. Os veículos deverão ser disponibilizados no prazo estabelecido no Termo de Referência, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. A DETENTORA deverá manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

### CLÁUSULA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS





6.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual/ata para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

6.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

6.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei Federal n.º 13.709/2018 (LGPD).

6.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

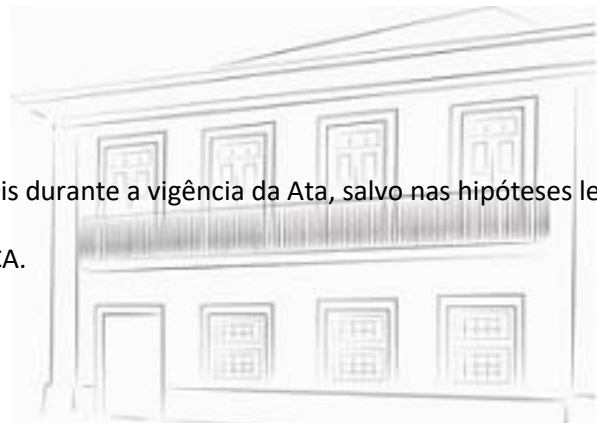
6.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

6.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS**

7.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata, salvo nas hipóteses legais.

7.2. Será admitido reajuste após 12 meses, pelo IPCA.





7.3. Poderá haver revisão para reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

8.1. O registro poderá ser cancelado nas hipóteses legais, inclusive:

- descumprimento das condições
- não atendimento das solicitações
- aplicação de sanções

8.2. O cancelamento será precedido de contraditório e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E INÍCIO DOS SERVIÇOS**

9.1. Os serviços serão iniciados mediante solicitação da Administração.

9.2. A disponibilização dos veículos deverá ocorrer no prazo estabelecido no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A execução será acompanhada por fiscal designado.

10.2. Compete à fiscalização:

- a) requisitar a disponibilização dos veículos;
- b) verificar condições operacionais;
- c) exigir substituição quando necessário;
- d) atestar a execução dos serviços;

10.3. A fiscalização não exclui a responsabilidade da DETENTORA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante:

- comprovação da execução dos serviços;





- atesto do fiscal;

11.2. O pagamento será proporcional aos veículos efetivamente disponibilizados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

A DETENTORA deverá:

- executar os serviços conforme contratado;
- manter os veículos em perfeito estado;
- realizar manutenção integral;
- garantir seguro total;
- substituir veículos quando necessário;
- manter rastreamento ativo;
- responder por danos causados;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Será admitida a subcontratação parcial, limitada a atividades acessórias, tais como manutenção, rastreamento e suporte operacional.

13.2. A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da DETENTORA pela execução da Ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

14.1. A DETENTORA estará sujeita às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. As penalidades poderão incluir:

- advertência
- multa
- impedimento





- declaração de inidoneidade

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. A presente Ata será publicada no PNCP e demais meios oficiais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO (CARONA)**

16.1. A Ata poderá ser utilizada por outros órgãos, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

16.2. As adesões deverão observar os limites legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Cabo Frio.

Cabo Frio, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**DETENTORA**

